

Produzir

Lobby é legítimo na democracia

João Sampaio *



“QUEM, em condições de se associar, se permite o isolamento e sonega a sua cooperação aos que se congregam em sociedade, só de si mesmo se pode queixar.” O trecho entre aspas - extraído dos registros históricos da Sociedade Rural Brasileira (SRB), por ocasião da comemoração de seus cinco anos de atividades em 1924! – tem em sua essência uma mensagem extremamente atual. Preconiza a chama da participação organizada da sociedade no debate e processo decisório político como um dos pilares da democracia.

Tratamos do *lobby*, palavra de origem inglesa, tradicionalmente entendida como esforço promovido por grupo de pessoas (empresas, entidades, segmentos), com o objetivo de influenciar o poder público em defesa de causas e interesses. A atividade de *lobby* é legítima e inerente ao processo político das nações democráticas. Auxilia a sociedade a exercer sua prerrogativa de mobilização para influenciar os governantes, eleitos justamente para representá-la legitimamente. Concede às pessoas o direito à cidadania.

Porém, o que acontece é que no Brasil, de forma equivocada, mas compreensível pelos muitos exemplos do exercício ilícito da atividade, principalmente no caso de licitações públicas, o *lobby* é mal

visto. Cercado por mitos e carregado de preconceito, comumente é relacionado a falcaturas, tráfico de influência, corrupção, entre outras mazelas. Porém, sob a luz da pluralidade de idéias e transparência de propostas e propósitos, o *lobby*, que se propõe a ser sadio, funciona como chave para construção do interesse coletivo.

Para que a sociedade entenda que se trata de uma atividade capaz de fortalecer a qualidade das decisões políticas, o *lobby* precisa de regulamentação. O ato de instituí-lo formalmente lhe tiraria o ranço de irregularidade e criaria o arcabouço institucional para a disseminação de seus benefícios. Em outros países, por estar estruturada juridicamente, a atividade funciona muito bem. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Lobbying Disclosure Act (Lei da Revelação do Lobbying) data de 1946. Por aqui, até o presente momento, nenhuma lei regulamenta a atividade.

Há um projeto de 1989 que trata da questão. De autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) foi aprovado no Senado em 1990, mas até hoje, ou seja, há 16 anos, permanece parado na Câmara dos Deputados. Entre outros destaques, o projeto propõe a criação da exigência de registro para o lobista que atua no Congresso Nacional; obriga o lobista a

prestar conta periodicamente dos gastos referentes à sua atuação dentro e fora da Câmara e do Senado; obriga o lobista a informar quem é o seu contratante e que projetos está acompanhando; e estabelece punições para os casos de desobediência às regras.

Às vésperas das eleições gerais convido o setor rural a refletir sobre a importância do *lobby* legislativo ético, cristalino e compromissado com a agricultura. O Congresso Nacional é o fórum em que a sociedade dá voz a seus posicionamentos. Ter ou não representatividade política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal significa ser respeitado ou ignorado pelo Executivo. Significa ter força para apoiar ou barrar decisões.

Logo, deixo o recado para que a classe rural reflita a quem dedicará seu voto, que procure identificar os parlamentares que trabalharam em sintonia com o setor produtivo na construção de políticas públicas voltadas ao crescimento da agricultura e conseqüentemente favoráveis ao desenvolvimento do País. O setor agrícola sustenta, baliza e dinamiza a economia, gerando oportunidades, renda e emprego. Nada mais justo que tenha autoridade política equânime ao seu poder e benefício econômico. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira